

# O risco de moratória interna

- 8 AGO 1985 - ESTADO DE SÃO PAULO

AGÊNCIA ESTADO

O crescimento vertiginoso da dívida pública interna, que em 12 meses até julho aumentou 600%, poderá levar o governo a decretar uma moratória interna, com a suspensão do pagamento dessa dívida, segundo afirmou ontem no Rio o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Paulo Guedes, ao apresentar a Carta Econômica da Distribuidora Pactual. Para ele, a tese da ampliação da Dívida Pública até que haja um "estouro" e posterior reformulação do sistema financeiro já é defendida por uma parcela do governo e faz parte dos grandes erros da política econômica do presidente José Sarney.

Para Paulo Guedes, "é medíocre" imaginar que é possível baixar as taxas de juros através da atuação das autoridades monetárias no overnight sem que outras medidas sejam adotadas para impedir que o governo continue financiando o déficit público pela emissão de títulos e am-

pliação da dívida pública. "Esse é o caminho certo do calote interno dentro de um ou dois anos", disse o economista.

Ele elogiou as medidas anunciadas pelo ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, para extinguir o IBC, o IAA e a Embratur, como "as únicas que apontam no sentido de uma solução dessa crise, porque constituem cortes efetivos nos gastos públicos". Para o economista, há na verdade três equipes econômicas no governo, divergentes entre si: a primeira, formada pela Secretaria do Planejamento, a segunda pelo Banco Central e o Ministério da Fazenda e, ainda, "o assessor da Presidência, Luiz Paulo Rosemberg, ligado a outro grupo de economistas".

Ao explicar as teses defendidas pela Carta Econômica, Paulo Guedes enumerou o que considera os três grandes erros do presidente José Sarney: o primeiro, assumir o compromisso de gerar taxas de crescimento do PIB da ordem de 6% ao ano para os próximos quatro anos,

*Dívida Pública*  
"retomando o crescimento econômico por decreto"; em seguida, o que chamou de "oficialização da política gradualista no combate à inflação", que para o executivo do IBMEC significa colocar a inflação em segundo plano como objetivo de política econômica; e "o terceiro grande erro foi não utilizar o poderoso instrumento da reforma tributária, com a descentralização de recursos para os Estados e municípios".

## PROJETO

O administrador da área econômico-financeira dos governos da União, dos Estados e dos municípios que deixar para seu sucessor déficit superior a 10% do orçamento total poderá ser incurso em "crime de responsabilidade".

É o que pretende o deputado Herbert Levy (PFL-SP), que ontem apresentou, na Câmara, projeto de lei com esse objetivo. A apuração do déficit seria feita pelo sucessor, por meio de empresas atuariais "de reconhecida idoneidade".